



Anais da Assembléia

Nº 146

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE DEZEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Osvaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT - 07:** Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB - 03:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB - 12:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 112.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE DEZEMBRO DE 1994
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Caíto Quintana e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namiir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Emilia Belinati, João Preis, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Nelson Justus, Nilton Servo e Plauto Miró Guimarães (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

Sob o nº 1151/94, do Senhor Gilberto Serpa Griebeler - Secretário de Estado da Administração, em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pelo Deputado Florisvaldo Fier, que pede esclarecimentos sobre "funcionários públicos à disposição". Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

OF. Nº 2191/94

Curitiba, em 06.12.94.

Senhor Presidente.

Encaminho a Vossa Excelência o Anteprojeto de Lei, que reajusta a tabela de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal deste Tribunal de Contas, em dezembro de 1994, em substituição ao enviado através do Ofício nº 2.072/94, desta Corte.

Reitero a Vossa Excelência protestos de alta estima e elevada consideração.

Cordialmente.

(a) NESTOR BAPTISTA
Presidente

ANEXO ÚNICO

Tabelas de vencimentos, do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a vigorar a partir de dezembro de 1994.

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

MÊS: DEZEMBRO/1994

NÍVEL	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	754,56	762,34	770,12	777,90
2	545,84	551,47	557,09	562,72
3	523,33	528,96	534,58	540,21
4	500,82	506,45	512,08	517,70
5	478,31	483,94	489,57	495,19
6	455,80	461,43	467,06	472,68
7	433,29	438,92	444,55	450,18
8	410,79	416,41	422,04	427,67
9	388,28	393,90	399,53	405,16
10	365,77	371,40	377,02	382,65
11	343,26	348,89	354,51	360,14

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1	405,21
SÍMBOLO DAS-2	357,63
SÍMBOLO DAS-3	333,31
SÍMBOLO DAS-4	285,01
SÍMBOLO DAS-5	260,67

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C	168,22
SÍMBOLO 2-C	155,36
SÍMBOLO 3-C	143,41

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F	10,21
SÍMBOLO 2-F	8,67
SÍMBOLO 3-F	7,65
SÍMBOLO 4-F	6,13
SÍMBOLO 5-F	5,61
SÍMBOLO 6-F	4,56
SÍMBOLO 7-F	3,56

Requerimentos:**REQUERIMENTO N° 2700**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n° 151/94, de nossa autoria, que denomina ponte Ayrton Senna da Silva, a ponte que interliga Guaíra a Mato Grosso do Sul e se encontra em Regime de Urgência desde 08/11/94.

Sala das Sessões, em 07.12.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 2701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão do Projeto de Lei n° 257/94, de nossa autoria, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais para a realização de projetos culturais e dá outras providências. O referido projeto se encontra em Regime de Urgência desde 08/11/94.

Sala das Sessões, em 07.12.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 2702

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão, na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei nº 341/94, de nossa autoria, que revoga o parágrafo único do artigo 16 da Lei nº 9.937 de 20 de abril de 1992, e se encontra em Regime de Urgência desde 08/11/94.

Sala das Sessões, em 07.12.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2703

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei nº 055/94, de nossa autoria que autoriza a construção de um barracão nos municípios com menos de 10.000 (dez mil) habitantes para a instalação de pequenas indústrias, o qual se encontra em Regime de Urgência desde 08/11/94.

Sala das Sessões, em 07.12.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO Nº 2696

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por uma (1) sessão, do Projeto de Lei nº 468/93, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 07.12.94.

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

REQUERIMENTO Nº 2704

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento da Senhora Aurora Rocha Loures Bueno.

A Senhora Aurora Rocha Loures Bueno faleceu em Londrina aos 91 anos, era mãe do ex-Deputado Renato Bueno, Parlamentar de grande desenvoltura no Estado do Paraná, tendo sido Deputado Estadual nas Legislaturas de 58 a 62, 62 a 66, 66 a 70, 78 a 82 e como Deputado Federal na Legislatura 82 a 86.

Membro de conceituada família paranaense, a estimada falecida era, também, irmã do Desembargador João Alves da Rocha Loures.

Requer, ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2705

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento da Senhora Diva Veloso Queiroz.

A falecida foi durante muito tempo uma dedicada e estimada professora e membro de tradicional família paranaense, sendo mãe do ex-Governador Ari Queiroz.

Requer, ainda o envio da decisão do Plenário para a família enlutada.

Sala das Sessões, em 07.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2710

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar, à família do Sr. Vitor Natal Conceição de Moraes, pelo seu falecimento ocorrido em Rio Azul, no dia 05.12.94.

Sala das Sessões, em 07.12.94

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2697

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado voto de congratulações ao Dr. Francisco Miguel Roberto Moraes Silva, homenageado pela Câmara Municipal de Curitiba com o título de Cidadão Honorário.

Que do teor do presente se dê ciência ao homenageado, à Câmara Municipal de Curitiba e ao Vereador Paulino Pastre, autor da proposição de homenagem.

Sala das Sessões, em 07.12.94

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Francisco Moraes Silva é Diretor do Instituto Médico-Legal do Paraná, desde abril do corrente ano; Presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, eleito para o terceiro mandato e Professor titular de Medicina Legal e Ética Médica na Universidade Federal do Paraná, desde 1987.

Natural de Garça (SP), veio para Curitiba em 1954. Após concluir o curso científico e de Técnico em Contabilidade, ingressou na Faculdade de Medicina da UFPR, concluindo-o em 1964. Passou a exercer o magistério, na UFPR, onde ocupou todos os cargos da carreira na disciplina de Medicina Legal e Ética Médica.

Em todas as funções que exerceu, sempre ocupou as mais elevadas posições, mediante concursos ou eleições, destacando-se como um líder a serviço das comunidades curitibana e paranaense.

No Instituto Médico-Legal do Paraná, dirigiu a Seção Médico-Legal de Paranguá, foi Chefe da Divisão Técnica da Capi-

tal e, como seu diretor, resgatou em breve período, a posição de respeito ao público e a tradição de referência nacional da polícia científica do Paraná.

Nomeado como membro do Conselho Penitenciário, como Professor de Medicina Legal, em 1986, até a presente data exerce suas funções, sendo que nos últimos seis anos, dirige aquele egrégio colegiado da Secretaria da Justiça e da Cidadania que reúne destacados representantes do mundo jurídico paranaense.

Esta vida profissional em três especialidades médicas (Medicina Legal, Medicina do Trabalho e Cirurgia Geral) valeu-lhe o reconhecimento como "Bicho do Paraná" e justificou a merecida homenagem prestada pela Câmara Municipal de Curitiba, no último dia 02 de dezembro, por meio da concessão do título de Cidadão Honorário da Capital paranaense.

REQUERIMENTO N° 2698

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja registrada nos Anais do Poder Legislativo a passagem do centenário do nascimento do Coronel Elísio da Costa Marques.

Que do teor do presente se dê ciência ao Comando da Polícia Militar do Paraná.

Sala das Sessões, em 07.12.94

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Olinda, Pernambuco, em 02.12.1894, Elísio da Costa Marques, filho de Manuel Marques e Maria Antonia da Costa, veio ao Paraná em 1912, sentando praça na Polícia Militar estadual, então Regimento de Segurança. Serviu à Corporação e ao povo paranaense como miliciano por cinquenta anos, participando da Guerra do Contestado, Ciclo Tenentista, Revolução de 30 e Campanha de 1932. Passou à Reserva da PMPR em 1959, como Coronel.

Casou-se com a Senhora Maria Graciosa Andreatta e, em segundas núpcias, com a Senhora Anna Franco Cordeiro.

Faleceu em Curitiba, em 11 de abril de 1972.

Foi Delegado de Polícia comissionado em mais de 20 municípios do Paraná em expansão. Chefiou a Guarda Civil de Curitiba, foi assessor militar da Chefatura de Polícia (antiga denominação da Secretaria de Segurança Pública) e foi diretor dos Estabelecimentos Penais. Na tropa, seus mais importantes comandos foram: Esquadrão de Cavalaria (atual Regimento Coronel Dulcídio), Batalhão de Guardas (atual 12° BPM) e Centro de Preparação Militar (atual Academia Policial Militar do Guatupê).

Serviu na Casa Militar do Governo Bento Munhoz da Rocha Netto.

Exerceu intensa liderança comunitária, tendo perfeita integração com imigrantes e descendentes de todas as etnias. Foi dirigente do Britânia Sport Club e Diretor da Vila Hípica do Jôquei Clube Paranaense.

REQUERIMENTO N° 2699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações ao órgão de imprensa "Tribuna do Norte" da cidade de Apucarana, pela grande inovação gráfica procedida em seu parque, juntando-se por isso aos grandes jornais do Estado.

Aliado ao seu novo padrão, possui uma excelente equipe de jornalistas que militam tanto na sede como em suas sucursais, além de simultaneamente com a grande Imprensa Nacional, publicar o que de melhor existe no jornalismo brasileiro, sempre com atualidade.

Suas edições são recheadas de encartes sobre problemas regionais, agrícolas, mercado financeiro, tudo o que deve oferecer um moderno jornal aos seus leitores.

Seus Diretores, Ricardo Seixas Amaral, Baltazar Eustáquio de Oliveira, Humberto Bastos Sachelli e Nilson Alves Ribeiro, procuram com esta medida, oferecer ao Paraná um diário informativo, eclético e dentro dos melhores padrões.

Requeiro que dos termos do presente seja dado conhecimento ao referido órgão de imprensa paranaense, com sede na cidade de Apucarana, à Rua Ponta Grossa, 821 - CEP: 86.800-030.

Sala das Sessões, em 07.12.94

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 2706

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao DNER - Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, no sentido de duplicar a Rodovia do Café - BR-376, trecho Apucarana a Curitiba, tendo em vista a precariedade da Rodovia, quando já provocou centenas de mortes e milhares de acidentes trágicos, principalmente no trecho compreendido entre as cidades de Apucarana a Curitiba.

O Norte e o Noroeste do Paraná, que tanta riqueza já proporcionaram a este Estado, exigem esta duplicação, pois essa Rodovia é a principal artéria que nos une à Capital e ao Porto de Paranaguá; além de uma exigência moral, é uma imposição da economia desta parte do Estado.

Sala das Sessões, em 07.12.94

(a) SEVERINO FÉLIX

REQUERIMENTO N° 2707

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pela proprietária do lote de n° 08 da quadra n° 29, Vila Tarumã-Pinhaes, a qual solicita a instalação de água no mesmo.

O pedido está sendo feito devido ser um loteamento novo, não tem rede de água na quadra onde situa-se este lote, porém na quadra ao lado e no mesmo loteamento já tem. Pede-se que a solicitação seja atendida, uma vez que essa falta de água vem lhe causando muitos transtornos.

Sala das Sessões, em 07.12.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2708

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido feito pelos pacientes do Posto de Saúde Jardim das Graças, os quais solicitam uma melhor aparelhagem na área ginecológica para o atendimento das senhoras.

Afirmam que há uma ótima ginecologista, porém, pela falta de uma aparelhagem adequada, não conseguem obter uma consulta totalmente completa.

Sala das Sessões, em 07.12.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2709

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores à Rua Pastor Osmar Cabral, Fazendinha, os quais solicitam que nessa Rua passe o carteiro, uma vez que eles não dispõem desse benefício.

Com o atendimento do presente, muitas pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 07.12.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 425/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica instituído, no âmbito da Administração Direta do Estado, auxílio-alimentação para funcionários e servi-

dores, sob a forma de distribuição de documentos para aquisição de gêneros alimentícios, "in natura" ou para consumo imediato, em estabelecimentos comerciais.

Parágrafo Único - O valor do benefício a que se refere este artigo será fixado e revisto por decreto, consideradas as necessidades básicas de alimentação e as disponibilidades do erário.

Art. 2° - O benefício será devido em função dos dias efetivamente trabalhados, conforme apurado em boletim ou atestado de frequência, e seu valor poderá ser fixado de acordo com a jornada de trabalho a que estiver sujeito o funcionário ou servidor.

Parágrafo Único - Será contemplado uma única vez o funcionário ou servidor, que acumule regularmente cargos, empregos ou funções públicas da Administração Direta do Estado.

Art. 3° - O benefício não se incorporará à remuneração do funcionário ou servidor e sobre ele não incidirão quaisquer contribuições trabalhistas, previdenciárias ou fiscais.

Art. 4° - Não fará jus ao auxílio-alimentação o funcionário ou servidor:

I - cuja retribuição global no mês anterior ao do recebimento do benefício ultrapasse o valor correspondente a 02 (dois) salários mínimos, considerando esse valor o do primeiro dia útil do mês de referência do pagamento.

II - licenciado ou afastado do exercício do cargo ou função, com prejuízo total ou parcial da remuneração;

III - afastado para prestar serviços ou ter exercício em cargo ou função de qualquer natureza junto a órgãos ou entidades da Administração Centralizada ou Descentralizada da União, de outros Estados ou dos Municípios;

IV - beneficiado com base em Programas de Alimentação do Trabalhador, na forma da Lei Federal n° 6.321, de 14 de abril de 1976.

Art. 5° - O disposto nesta Lei aplica-se, nas mesmas bases e condições:

I - aos funcionários e servidores das autarquias do Estado;

II - aos funcionários e servidores dos Quadros do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Alçada, do Tribunal de Justiça Militar, do Tribunal de Contas, do Ministério Público e da Secretaria da Assembléia Legislativa.

Art. 6° - As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento

vigente, suplementadas se necessário.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor no primeiro dia útil seguinte ao decurso de 90 (noventa) dias após sua regulamentação.

Sala das Sessões, em 07.12.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A apresentação deste Projeto de Lei decorre de uma certeza ideológica que vem tomando corpo dia-a-dia: o de que, ao tempo em que o Estado deve especializar-se no cumprimento de suas tarefas intrinsecamente consideradas, atendendo ao princípio de especialização, também deve proporcionar aos seus servidores sabidamente pressionados pelo contexto econômico, face ao peso do custo de vida em sua remuneração, formas indiretas de benefícios que equilibrem tal situação.

Instituir o Sistema de Refeição-Convênio, significa permitir uma alimentação adequada, que vem a ser um direito primordial do trabalhador e um fator de saúde, que determinam o grau de bem estar social de produtividade do trabalhador. Adequação de tal sistema tem a consequência de resolver, imediatamente o problema de alimentação em qualquer ponto do Estado, evitando a imobilização de espaço útil produtivo nos locais de trabalho, reduzindo custos e facilitando o gerenciamento dos recursos, além de permitir que a Administração Pública se dedique à sua atividade essencial, sem o desvio de esforços.

O benefício proposto, não incorporável ao patrimônio dos servidores, é fixado e revisto de acordo com as possibilidades do Tesouro e objetiva atingir a parcela de servidores públicos cuja remuneração não ultrapasse dois salários mínimos.

Em razão do alto grau de justiça social que envolve a matéria, solicitamos a criteriosa apreciação e inestimável aval dos nobres Parlamentares desta Assembléia.

PROJETO DE LEI Nº 426/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense Alegria de Viver, com sede à Rua Trajano Reis, 457, nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.94.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense Alegria de Viver não tem fins lucrativos e seu objetivo é manter casas para abrigar crianças desamparadas, portadoras do HIV/AIDS, possibilitando-lhes melhoria de qualidade de vida; estimular a solidariedade em todas as dimensões, desde a que se dirige ao doente de AIDS, até a que garante a todos o direito de informação ampla e democrática.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros e companheiras servidores públicos aqui presentes.

Na Ordem do Dia de hoje nós temos para analisar a Lei Orçamentária para o próximo ano, e esta que foi votada e aprovada ontem, no que diz respeito à constitucionalidade da mesma.

Nós não fizemos pronunciamento ontem, uma vez que tal lei obviamente é constitucional. Mas hoje nós queremos tecer alguns comentários sobre o mérito da Lei Orçamentária, especificamente na questão de programa de obras, apresenta na Lei de orçamento algumas construções ou ampliação ou conclusão de fóruns no que diz respeito ao orçamento do Tribunal de Justiça.

Não podemos votar que a proposta de ampliação do Fórum de Ipiranga e ampliação do Fórum de Barracão, um de 510 m² e outro de 150 m², correspondendo a valores de R\$ 163.200,00 (cento e sessenta e três mil e duzentos reais) e R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), portanto ao custo de trezentos e vinte reais o metro quadrado.

Por outro lado, encontra-se com os mesmos valores, observamos a proposta de conclusão do Fórum de Palmeiras e do Fórum de Irati. O Fórum de Palmeiras, com a construção de 40 m² está orçado, Senhores Deputados, nada mais, nada menos do que R\$ 1.262,00 (mil duzentos e sessenta e dois reais) o metro quadrado, enquanto a conclusão está orçada a trezentos e vinte reais o metro quadrado. A conclusão do Fórum de Irati já coloca outros valores, conclusão de 60 m², dando um total de oitocentos e trinta e três reais, ou seja, superiores a proposta de ampliação, e não conferindo os valores quando diz respeito a conclusão dos Fóruns.

Propõe também o orçamento concluir o Fórum em Cascavel e construir o Fórum da União da Vitória. O Fórum de Cascavel, para doze mil metros quadrados, propõe um valor de quarenta reais o metro quadrado para construção. Enquanto o de União da Vitória, de 1.800 m² propõe cento e sessenta reais como valor, ou seja, quatro vezes

mais a construção de União da Vitória com relação à Cascavel.

Portanto, são valores discrepantes que apresenta o nosso Orçamento, isso necessita de maiores esclarecimento para que possamos votar, uma vez que a mesma proposta orçamentária elaborada pelo Poder Executivo apresenta um valor de cento e sessenta reais o metro quadrado para construir em União da Vitória, enquanto que em Cascavel somente quarenta reais o metro quadrado. Assim, ainda na questão de obras, nós fomos estudar a Secretaria da Fazenda, mais precisamente o SERLOPAR, analisar o programa de obras do SERLOPAR que é o serviço de loterias do Estado do Paraná. Verificamos que há uma destinação de um bilhão e duzentos milhões de reais para ampliar e efetuar melhorias do prédio do SERLOPAR, num total de 800m². O custo médio desta obra é de um mil e quinhentos reais por metro quadrado.

Para ver, Senhores Deputados, não conferem, não batem, não são isonômicos ou equivalentes os valores por metro quadrado entre as várias propostas de construções formuladas na lei orçamentária que hoje estamos votando. A Secretaria de Educação está destinando quatrocentos mil reais para reformar 7000 m² de sua sede, o que resulta num custo médio de R\$ 57,00 por m²; ou seja a construção da SERLOPAR: R\$ 1.500,00, enquanto a Secretaria de Educação: R\$ 57,00. É impossível se votar um orçamento com este tipo de distorção no que diz respeito a análise das obras propostas para o próximo ano.

Na Secretaria da Educação, especificamente a questão da FUNDEPAR, queremos fazer algumas considerações sobre também diferenças constatadas a nível de custo médio de construção por metro quadrado no "Projeto Atividade" da FUNDEPAR. Há também nesses projetos, diferenças relevantes entre os projetos a serem executados pela própria FUNDEPAR. Por exemplo: o "Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná/BIRD/FUNDEPAR", prevê a construção de aproximadamente 46.086 m² em 24 municípios, a um custo total de R\$ 13.660.200,00. Assim, o custo médio das edificações financiadas por este Projeto, é de aproximadamente R\$ 296,41 por metro quadrado.

O "Projeto de Infra-estrutura e Apoio Logístico à Rede Escolar e ao Estudante", prevê a construção de aproximadamente 90.560 m² em 87 municípios, a um custo total de R\$ 16.311.520,00, dando um total de R\$ 180,00 o metro quadrado.

Dentro da própria Secretaria, os valores para as construções não têm a equivalência, ou seja, baseado em que critérios essas propostas para o orçamento foram elaboradas. Nós entendemos que ao elaborar o orçamento, o preço do material, o preço

da mão-de-obra, o preço para cálculos estruturais e para projetos não deve dar uma diferença tão aberrante como nós constatamos, de chegar até quatro, cinco, ou dez vezes mais quando comparamos entre órgãos, ou dentro do próprio órgão do Governo do Estado.

Os dois projetos que eu citei anteriormente, tanto o de qualidade de ensino público como o de infra-estrutura, prevêem a construção de aproximadamente 136.000 m², a um custo total de R\$ 29.971.720,00, dando um custo médio global de 219,00 reais.

Nós achamos que votar como está se colocando é necessário que seja discutido, e se preciso, que esse Parlamento inclusive convoque os Senhores Secretários respectivos de cada área, para que esclareçam como foram feitos esse cálculos, para que mostrem as razões dessas diferenças.

Também notamos diferenças na Secretaria da Agricultura, a EMATER, a EMATER-PR está destinando em seu programa de obras um montante de R\$ 700.000,00 para realizar reforma de cobertura do prédio do escritório central, num total de 1.080 m². O custo médio dessa reforma é de aproximadamente R\$ 648,00 por m². Por outro lado, a mesma EMATER destina R\$ 545.840,00 para construir 80 escritórios locais medindo 85,20 m² cada unidade, num total de 6.816 m². Neste caso, o custo médio fica aproximadamente 80 reais por metro quadrado, ou seja oito vezes menor do que o custo de reforma do prédio central da EMATER.

Por fim, o valor da reforma seria suficiente para construir o equivalente a 102 escritórios de 85,20 m².

Essas foram as questões de assessoria da Liderança do Partido dos Trabalhadores, encontrou analisado somente o que diz respeito ao projeto de obras, somente no que diz respeito a obras propostas para o próximo Governo ou seja o que estamos votando hoje nesse orçamento.

Desta maneira, para nós do Partido dos Trabalhadores se não tivermos outros esclarecimentos é possível votar.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência passa a falar no Horário da Liderança do PT.

O SR. DR. ROSINHA - Obrigado!

Nesse sentido é impossível votarmos favorável a esse Projeto de Lei Orçamentária se não tivermos esses esclarecimentos a estas questões que aqui desta tribuna levantamos.

Concedo a palavra ao Deputado Colombino Grassano.

O Sr. Colombino Grassano - Senhores Deputados.

Louvo a preocupação da assessoria do Partido dos Trabalhadores, com relação a estas verbas Orçamentárias. Ocorre Senhores Deputados que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, principalmente não sei as outras como funcionam, não tem podido acompanhar a execução Orçamentária, não dispõe de meios nem de elementos para acompanhar. Sou leitor assíduo, eu que sou leitor assíduo do Diário Oficial do Estado, porque acho que é meu dever para me inteirar, dos fatos e dos fatos aqui que ocorrem no Paraná, sendo leitor assíduo eu tenho verificado que obras que constam no Orçamento não são realizadas, e outras obras que constam do Orçamento deixam de ser feitas pelo Governo do Estado, no Orçamento o Poder Executivo ele age como senhor absoluto do Estado, cabe a ele decidir como melhor aprover aos seus interesses políticos ao interesse do seu Governo, ou até mesmo do interesse da comunidade.

O Governador que deixou em 15 de março declarou nesta Casa Legislativa que não faria um Governo Rodoviário, e caracterizou-se em ser um Governo Rodoviário porque obteve graças a indicação de Deputados da oposição recursos para promover obras que não competiam ao Governo do Estado fazer e que eram obras rodoviárias. Mas, com relação aos argumentos de Vossa Excelência eu devo dizer que não me impressionam esses números não estou preocupado com esses números porque apenas são números referenciais, não são números definitivos, isso não significa que os valores a serem aplicados com as despesas a serem efetuadas serão rigorosamente iguais às constantes do Orçamento, porque haverá licitação pública, então se os valores forem menores naturalmente o Governo solicitará um crédito suplementar, e se os valores forem superiores não haverá necessidade de gastar tudo aquilo que está estabelecido no Orçamento do Estado.

Acredito que nós demos um passo muito grande esse ano graças ao entendimento feito pelos Líderes das várias Bancadas para que o Orçamento fosse mais específico, houvesse por parte do Governo do Estado a referência às obras e não aqueles volumes globais que estávamos a ver nos Orçamentos anteriores. A Assembléia deu um passo muito grande, acredito que a preocupação de Vossa Excelência não tem razão de ser, creio que haverá licitação para todas essas obras.

Não sou defensor nem do Poder Judiciário nem do Poder Executivo; sou apenas mero observador dos fatos, acompanho essa execução orçamentária, acompanho os trabalhos da Assembléia Legislativa.

Além de louvar a preocupação de Vossa Excelência quero tranquilizá-lo, e também estou tranquilo, porque tudo aquilo que se

disse não vai acontecer. As obras serão licitadas e os valores não serão aqueles ditos por Vossa Excelência. Apesar de tudo isso, cumprimento Vossa Excelência e a sua equipe pelo zelo em acompanhar esse trabalho que é função precípua do Deputado Estadual.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência e quero concordar com alguns pontos.

No que diz respeito à falta de assessoria técnica desta Casa, esta Assembléia deve ser uma das raras Assembléias Legislativas do País que não têm assessores à disposição dos Senhores Deputados para fazer estudo das leis orçamentárias e de outros segmentos no que diz respeito às contas do Estado.

Também estamos desde o início que aqui chegamos lutando para que seja informatizada esta Assembléia Legislativa a fim de que possamos acompanhar a execução orçamentária.

No que diz respeito ao nosso levantamento desses estudos e que vamos verificar isso, provavelmente, na época de fazer as licitações dessas distorções de preços, isto pode realmente vir a ocorrer. Mas ocorre que a nossa preocupação é saber como que se elabora um orçamento com tamanhas distorções, porque teria que se ter um parâmetro médio para que quando for elaborar o orçamento estudar as posições dos preços, das variáveis dos preços, mas não jogar uma variável de dez vezes mais.

Sabemos que no momento de executar sofrerá a licitação, a concorrência e, provavelmente, será construída pelo menor preço, mas, na hora de elaborar o orçamento, tem que se comparar esses preços para ver se não há valores exagerados uns em relação aos outros. Porque ou uma secretaria está superfaturando os valores, jogando acima, excedendo os valores, ou algumas colocando valores inferiores. E isso a gente sabe que há orçamentos superfaturados ou orçamentos jogados para baixo para atender aos devidos interesses de cada órgão ou de cada secretaria.

Então, gostaríamos de ver esses pontos esclarecidos porque eles são necessários, porque na hora em que vou fazer um orçamento, tenho que ter parâmetros para fazer esses orçamentos ou pedir a aprovação deles.

Esperamos que uma próxima legislatura atenda as necessidades deste Parlamento. Primeiro, informatizando; segundo, tendo assessoria técnica necessária para acompanhamento da execução orçamentária que ora votamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ainda

no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Uso o Pequeno Expediente apenas para comentar o andamento dos processos de votações nesta Casa. E o faço especialmente aos Servidores que têm acompanhado das galerias a votação da Mensagem que certamente mais lhes interessa, que é a do aumento dos Servidores.

Se faço esse pronunciamento, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é no sentido de evitar que a Assembléia Legislativa, este Plenário como um todo acabe sofrendo algumas incompreensões, como já ouvi na Sessão passada e como hoje aconteceu na C.C.J. quando o presidente daquela Comissão, Erondy Silvério, não pôs em votação na C.C.J. a Mensagem de aumento.

Porque, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, houve uma Mensagem de aumento encaminhada para a Assembléia da qual havia sido designado como Relator o nobre Parlamentar Toti Colaço. Na sequência, houve uma Mensagem-Substitutiva encaminhada pelo Governo, chegando à C.C.J. no dia de hoje. Portanto, o Presidente da C.C.J., Erondy Silvério, designou para a Mensagem-Substitutiva que está chegando agora, alterando tabelas, o Deputado Toti Colaço como Relator.

O Deputado Paulo Maia apresentou um Substitutivo-Geral à Mensagem Governamental, para ganhar tempo, inclusive, o que não é comum na Casa, o Presidente da C.C.J. já designou no dia de hoje, o Deputado Dalton Machuca, se não me falha a memória, como relator do Substitutivo do Deputado Paulo Maia e determinou que a C.C.J. se reúna na segunda-feira, quando o prazo seria na terça, mas reúna-se já na segunda-feira, para apreciar...

(Há manifestações nas galerias)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - **(Faz soar os tímpanos)**

Solicito aos nossos ilustres visitantes que se mantenham nas galerias na forma como dispõe o nosso Regimento, sem aplaudir, sem vaiar, ouvindo apenas a manifestação dos nossos Deputados. A palavra continua com o Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Confesso, Sr. Presidente, que essa manifestação aqui na tribuna, reforça-se por esta manifestação, porque sinto a necessidade de que esse Plenário seja entendido pelos servidores. Muitas e muitos vezes paga-se o preço aqui, pela expectativa que se gera sem o devido conhecimento do procedimento. Notem bem: no dia de hoje, a Assembléia Legislativa...

(Nova manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita mais uma vez aos nossos visitantes, que se mantenham dentro daquilo que estabelece o nosso Regimento, não vaiando, não aplaudindo, apenas ouvindo os Sr. Deputados.

O SR. CAÍTO QUINTANA - No dia de hoje, a Assembléia Legislativa não votará a Mensagem de aumento, até porque ela não teve o parecer do Relator da C.C.J.. Na segunda-feira, a C.C.J. vai apresentar o seu parecer. Será votado e avaliado, porque espero que os próprios servidores, quando muitas e muitas vezes a Assembléia é acusada de votar atabalhoadamente, sem conhecimento da matéria, entendam a importância do que votamos. Portanto, nem hoje, nem na quinta, nem na sexta votará a Mensagem. Votará na C.C.J. na segunda e, posteriormente, possivelmente, terça ou quarta-feira a matéria seja votada no Plenário.

Portanto, esses esclarecimentos, Sr. Presidente, é para evitar exatamente que ao término da Sessão, em não entrando em votação a matéria, a galeria saia decepcionada com o Plenário que não poderá votar antes que essa matéria venha para a Ordem do Dia. A nós compete aqui, - e essa é uma certeza de todos os Parlamentares desta Casa, - tenhamos a posição que venhamos a ter individualmente os Srs. Deputados, é votar essa matéria, antes da implantação da Folha do mês de dezembro.

Se fizermos isso, não estamos gerando nenhum tipo de prejuízo ao servidor, porque ele só vai receber o seu contracheque no tempo atrasado. Portanto, o critério de votação, apenas para que as galerias não saiam decepcionadas, não se votará nesta semana, a Mensagem de aumento, porque ela não veio ainda da C.C.J. para o Plenário. Possivelmente na segunda, na terça ou na quarta-feira, seja votado aqui, onde é livre e reconhecido por esta Casa democrática, como sempre foi, o trabalho das partes envolvidas, com acompanhamento da matéria, na conversa com os Srs. Deputados para convencer daquilo que é melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, a palavra está com o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Servidores Públicos aqui presentes à Sessão.

Venho à tribuna para trazer algumas informações à Casa, da viagem que fizemos ao lado do Presidente Orlando Pessuti, do Deputado Djalma de A. César e Luiz Carlos Zuk, ao Rio Grande do Sul, onde fomos participar de mais uma reunião do Conselho

Parlamentar do Sul.

(Lê):

"Conselho Parlamentar do Sul: foi instituído em Abril de 1993 na Cidade de Curitiba, com a finalidade de unir os esforços dos Estados do Sul (Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) na defesa dos interesses da população destes Estados em seu relacionamento com o Governo Federal. Uma das principais bandeiras foi e continua sendo a Reforma Constitucional.

O Conselho preparou uma série de emendas que foram apresentadas e acolhidas pelo Relator Geral da Revisão Constitucional. Para o próximo ano, com a Reforma Constitucional novamente em pauta, o Conselho novamente deverá encetar esforços no sentido de apresentar e fazer aprovar projetos de interesse dos Estados e da população do Sul.

Outro ponto de grande importância é a troca de experiências entre os parlamentares dos Estados Sulistas que em muito têm contribuído para o processo legislativo e o desenvolvimento do sentimento de democracia e brasilidade.

A reunião que se desenvolve em Porto Alegre tem por finalidade apresentar propostas para as casas legislativas do Brasil e no caso específico dos Estados Sulistas, estudar a questão do MERCOSUL sob o ângulo das Fronteiras que nos são comuns: Argentina, Paraguai e Uruguai. Foram examinados dois documentos: um que trata do Estatuto Jurídico da Fronteira e outro que ressalta aspectos do Programa Brasil-Sul Fronteiras.

Dada a elevada importância da matéria para nossas comunidades foi preciso estudar profundamente as consequências da entrada em vigor do MERCOSUL já em 1995.

Nesta ocasião damos início a um estudo completo sobre questões municipais, sobretudo no que diz respeito ao financiamento das atividades das Prefeituras. Trata-se de um tema cuja complexidade e importância exigem cuidados todos especiais. Das conclusões poderemos ou desenvolvemos efetivamente os municípios e as populações e estagnarmos e dificultarmos irremediavelmente a vida dos municípios e de suas populações. E finalmente ainda, nesta oportunidade, o Deputado Orlando Pessuti passou o cargo de Presidente do Conselho Parlamentar do Sul ao Deputado gaúcho Renan Curtis Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul no rodízio entre as Assembleias do Sul. E justamente neste período em que estávamos lá no Rio Grande do Sul o que é que acontecia no Congresso Nacional lá em Brasília, a votação do Orçamento em que mais uma vez se verificou as injustiças cometidas com os Estados Sulistas. Mais uma vez o Sul do País acabou

recebendo a fatia menor desse bolo, numa importância equivalente a 8% do Orçamento.

Isto gerou e nós podemos acompanhar lá no Rio Grande pela imprensa, Deputado Djalma, Deputado Zuk, Deputado Pessuti um movimento extraordinário de todos os Parlamentares gaúchos independente da questão partidária. Unidos: Deputados Estaduais e Deputados Federais, unidos com o novo governo que assume a partir do dia 1º de janeiro, com quem a nossa Bancada teve a oportunidade de conversar lá, ontem, unidos em defesa não só do Rio Grande mas, acima de tudo, em defesa do Sul do País. E aí pergunto: onde é que está a Bancada do Estado do Paraná no Congresso? Onde é que estão nossos Deputados Federais? Parece-me e pelos noticiários de imprensa que a gente tem observado, muitos estão aqui em Curitiba tentando viabilizar junto ao novo governo a colocação de pessoas ligadas a si em cargos do futuro Governo Jaime Lerner. Outros devem estar nos seus municípios viabilizando candidaturas suas às prefeituras para as próximas eleições.

Lá em Brasília, pelo jeito, não tem nenhum Deputado Federal do Paraná, o que é profundamente lamentável, Senhores Parlamentares. O Rio Grande lançou ontem o SOS Sul, envolvendo, aproveitando a presença nossa, minha, do Deputado Pessuti, Djalma de Almeida César, Luiz Carlos Zuk, lançando o SOS no Sul do País. É preciso que nos levantemos no sentido de brigarmos pelas causas do nosso Estado e do Sul do País, caso contrário continuaremos a receber as migalhas que advirão desse Orçamento votado lá no Congresso Nacional.

Não podemos admitir que isto continue acontecendo.

O que muito também nos comoveu ontem lá no Salão Nobre da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul foi quando se encontraram o atual Governador que deixa o Governo Gaúcho, muito embora seja do meu Partido, em péssimas condições, o Senhor Alceu Colares, inclusive sem dinheiro para pagar o décimo terceiro salário aos servidores, com o futuro Governador, Antonio Brito, a presença do Senador Pedro Simom, uma bandeira dos gaúchos lá no Senado Federal. E ontem lançava o Senador Pedro Simom, "A história, a vida e a obra social" de Alberto Pasqualini, a sua obra social com fatos realmente extraordinários, com demonstrações e uma sensibilidade extraordinária e a festa que acontecia, o momento importante para o povo gaúcho, quase foi ofuscado pelo pronunciamento fora de hora do atual Governador Alceu Colares, que ontem levava mais uma derrota no seu próprio Estado, quando sua esposa, a primeira dama, não conseguia sequer um voto no Conselho Estadual de Habitação. Isto consequência do que? De uma péssima administração

feita pelo Senhor Alceu Colares.

Mas um outro fato que nos chamou muito a atenção no Rio Grande do Sul foi como funciona aquela Casa de Leis. Saímos de lá impressionados, eu, o Zuk, o Djalma, o Pessuti, os nossos assessores, Professor Nildo, Wilson Forte, o companheiro Cesarino, como funciona aquela Casa.

O sistema moderno de informatização que tem aquela Casa, onde qualquer pessoa do povo chega na entrada da Assembléia, aperta um botão para saber se os Deputados estão na Casa, aperta um botão, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para saber se o Deputado correspondente se ele está na Casa e onde é o seu Gabinete. E o computador e toda aquela coisara toda moderna mostra ao cidadão comum como é que ele faz para chegar no Gabinete, sobe escada, vira a direita, dobra a esquerda, mais um andar para cima e diz, repito mais uma vez, se o Parlamentar está na Casa.

Acho que é esta modernização, nos dizia ontem o Deputado Renan Curtes, que a sua Assembléia esteve recentemente nos Estados Unidos, com três assessores da sua Assembléia, fazendo convênios com as Assembléias americanas para troca de informações, para assinaturas de convênios, para, evidentemente, entrelaçar o entendimento no sentido de valorizar cada vez mais a classe política do Rio Grande do Sul.

Saímos de lá realmente impressionados com o funcionamento daquela Casa. Tomara possamos nós, num prazo bem curto, implantar tudo isto nesta Casa, nesta nossa Assembléia, onde vivemos aqui a maior parte do nosso dia, mas que poucos de nós sabem como esta Casa funciona, alguns poucos é que sabem. Nós, praticamente a maioria, não sabe onde ela começa, onde ela termina e se ela tem algum meio.

É preciso que nós Parlamentares que temos a satisfação, o orgulho de representar o povo do Paraná, e que podemos bater no peito e dizer que temos moral de sermos Parlamentar, precisamos arrumar a nossa Casa o mais depressa possível.

O Sr. Luiz Carlos Zuk - Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

O que queria complementar no seu pronunciamento, o testemunho não só deste Deputado que fala, mas do Deputado Orlando Pessuti, do Deputado Djalma de Almeida César e dos Assessores desta Casa, nós testemunhamos um fato inédito: durante a reunião do Conselho Parlamentar do Sul, aonde o Deputado Orlando Pessuti passava a Presidência ao novo Presidente Renan, que assume até o final do seu mandato em fevereiro, adquirimos um conhecimento que necessitaria ser implantado, não nessa le-

gislatura, mas nas outras legislaturas que haverão de vir a esta Casa. Fomos surpreendidos, nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, ao nosso lado se encontrava o futuro Presidente daquela Casa de Leis maior do Rio Grande do Sul no próximo período legislativo, escolhido unanimemente, e ao seu lado o futuro Presidente daqui dois anos, também já escolhido, numa sequência administrativa, funcional da Assembléia do Rio Grande do Sul que faz inveja a nós por não nos entendermos.

Os Partidos ficam de lado, as idéias são colocadas, os propósitos a serem alcançados e objetivo do Rio Grande do Sul é o primeiro, política em segundo. Partido também não, o Partido é Rio Grande do Sul.

Além do empenho, nobre Deputado Algaci Túlio, faltaria a oportunidade a diversos membros desta Casa, onde não foi o Deputado Toti por motivo de saúde. Mas faltaria, ilustre Deputado, como nós realmente conversamos, o entrosamento maior entre nós: Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e outras Assembléias deste País para nos entrosarmos, copiarmos os bons exemplos e realmente implantarmos aqui no nosso meio aquilo que sobra a eles, que é a união e que é realmente amor ao Estado.

Já admirava o Rio Grande do Sul, continuo a cada dia admirando mais, e neste retorno nosso no dia de hoje, testemunhamos que no próprio avião em que viajavamos, lá ia a delegação do Rio Grande do Sul, de todos os Partidos, Deputados assentados com a direção de Brasília reclamando pelo Estado, brigando pela divisão que a Bahia, infelizmente a Bahia, Senhores Deputados, vai levar mais uma vez a maior parcela do orçamento da União. Por que isso? Por que a Bahia novamente? E os gaúchos, faltando nós, paranaenses, a vergonha na cara dos nossos representantes para nós brigarmos de igual para igual pelo sul do Brasil, para trazermos a nós aquilo que sobra do outro extremo desta Nação que é a mão sempre estendida do Governo Federal.

Cumprimento Vossa Excelência, nobre Deputado Algaci Túlio, que conjuntamente com a delegação do Paraná se fez presente, dando o aval em nome de todos os cinquenta e quatro Deputados desta Casa, não somente na representação política, mas na representação funcional.

Bem disse Vossa Excelência quando aquele Presidente chamava o fotógrafo que nos acompanhava na cerimônia, que era um funcionário de 22 anos daquela Casa de Leis, e ele nos dizia o salário que ganhava. Nos chamou o Senhor Presidente o seu motorista e nos disse o salário que ganha o motorista no Rio Grande do Sul, e nos disseram os senhores servidores daquela Casa, que o menor salário de funcionário

da Assembléia do Rio Grande do Sul, ultrapassa o DAS dado nesta Casa de Leis, com o testemunho de toda a delegação do Paraná, inclusive do Senhor Presidente.

Cumprimento o Deputado Orlando Pessuti, que entregou o Conselho Parlamentar do Sul, dando mostra do trabalho, do discernimento naquela sua presidência. E cumprimento os ilustres colegas que haverão de traduzir aos demais, aqueles anseios funcionais desta Casa e os anseios políticos de todos os nossos Deputados reeleitos e aqueles que aqui virão pela primeira vez.

Meus parabéns, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Disse bem o Deputado Luiz Carlos Zuk. Tudo isso para quê? Para a valorização do Legislativo, para a valorização da ação do Deputado que não pode mais continuar sendo mais conhecido como assistente social, porque tendo funcionários bem pagos, teremos uma boa assessoria, evidentemente para prestar serviços a nossa Assembléia. Tenho certeza que isso num futuro bem próximo deverá acontecer.

Cumprimento mais uma vez o Presidente Orlando Pessuti, e o seu pronunciamento ao passar o cargo ao Deputado Renan Curtis, dizendo da sua força na criação do Conselho Parlamentar do Sul, dizendo da experiência que nós já adquirimos nesse curto espaço de tempo, da existência do Conselho e do que ele poderá representar a nível de Estados do Sul do País no contexto nacional. Foi deveras gratificante a nossa presença no Rio Grande do Sul, de todos nós Parlamentares, representando esta Casa e dizendo mais, ainda, Deputado Colombino Grassano, a Assembléia do Rio Grande do Sul tem a sua informatização ligada ao Congresso Nacional, ao PRODASEN. Deputados do Rio Grande do Sul, a qualquer instante está perto do convívio e sabe a informação daquilo que lhe interessa. Exatamente isso que nós queremos implantar nesta Casa, nesta Assembléia Legislativa, nos seus 140 anos, que sequer tem um serviço de microfilmagem e perde praticamente toda sua história no incêndio que aqui aconteceu.

Senhor Presidente, entrego à Mesa da Casa esta coleção da obra social de Alberto Pascoalini, para que façam parte, estes quatro volumes, para que façam parte da nossa biblioteca, para que os Senhores Parlamentares possam e até mesmo os nossos assessores, conhecer um pouco da história deste homem que fez, realmente, a história política e social do Rio Grande do Sul.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças: PMDB, PSDB, PL, PTB, PFL, PP, Liderança do Governo.

(Todos declinam)

Passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Deputado Ernani Pudell congratula-se com a visita de seu conterrâneo de Cascavel, Deputado Estadual eleito pelo PSDB, Edgar Bueno, que se encontra na tribuna de honra desta Casa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência anuncia que será apreciado na reunião de amanhã requerimento do Deputado Tavares e outros líderes. Requer a realização de sessões extraordinárias com a quebra de interstício e a transformação do Plenário em Comissão Geral para apreciação de projetos de iniciativa Parlamentar, mensagens governamentais e emendas que porventura forem apresentadas durante o período de destaque nos dias 13, 14 e 15, inclusive para o período de sessões extraordinárias se forem convocadas e Ordinárias.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Só queria solicitar a Vossa Excelência que desse conhecimento ao Plenário das Lideranças que assinaram este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está assinado pelos Deputados José Tavares e Renato Adur.

O SR. PAULO MAIA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Será apreciado na sessão de amanhã, como estabelece o regimento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Gostaria de comunicar que, lamentavelmente, faleceu no dia de hoje a Senhora Diva Queiroz, mãe do ex-vice-Governador Ary Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência soma-se a Vossa Excelência nos votos de pesar ao falecimento da mãe do nosso ex-vice-Governador Ary Queiroz.

Ofício nº 2191/94, de autoria do Senhor Presidente do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta a tabela de vencimentos dos funcionários. À Diretoria Legislativa, para os devidos

fins.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 056/94, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 102/94, de autoria do Deputado Toti Colaço, que reconhece a Associação dos Municípios do Paraná, como entidade representativa da Administração Pública Municipal, para efeitos de integrar órgãos colegiados estaduais e firmar convênios. COM RELATÓRIO da 2C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Ofício/DTL/SAT nº 189/94.

Curitiba, 06.07.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 127/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 102/94 por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo reconhecer a Associação dos Municípios do Paraná, como entidade representativa dos Municípios e Associações Micro-Regionais dos Municípios Paranaenses, habilitada a integrar órgãos colegiados da administração pública estadual ou indicar representantes e firmar convênios com o poder público, nos diversos setores e atividades da Administração Pública.

Sem nenhum demérito à iniciativa do autor, nobre Deputado Antonio Toti Colaço Vaz, o questionado plano de lei não pode merecer sanção em decorrência da forma imperativa e genérica como está posta a matéria. Se adotada a medida tal como é preconizada, haveria, sem qualquer dúvida, sérias dificuldades em sua execução, eis que poderia até significar quebra da autonomia municipal, criando, com isso, aspectos de inconstitucionalidade (art. 15, da Constituição Estadual).

Por outro lado, o projeto de lei em causa, contraria aos superiores interesses da Administração porque, na prática, criaria canal de interferência de dimensões não bem avaliadas, nos assuntos de competência de órgãos do Estado.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 102/94, encontra-se publicado no D.A. nº 30, de 12.04.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO Nº 056/94

P A R E C E R:

A Proposição nº 056/94, oriunda do Poder Executivo tem por objetivo vetar o Projeto de Lei nº 102/94 do Deputado Toti Colaço, que reconhece a "Associação dos Municípios do Paraná", como entidade representativa da administração pública municipal, para efeitos de integrar órgãos colegiados estaduais e firmar convênios.

Chamada essa Comissão de Justiça a se manifestar, nada encontramos que impeça a sua normal tramitação, estando em condições de ser aprovado em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.08.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Acho que seria desnecessário a todo este Plenário, aonde temos diversos ex-Prefeitos e companheiros do Bloco Municipalista, e apelaria neste instante ao ilustre Líder do Governo José Tavares, que de perto conhece o municipalismo paraanaense, mas brasileiro, Deputado Federal que foi no exercício de mandato ligado à sua terra, a nós paraanaenses, da importância desse projeto. Sabe ele, o Deputado José Tavares, que necessitamos dar aos municípios brasileiros, paraanaenses que representamos, aquilo que lhe é devido e, principalmente, um reconhecimento através deste projeto do ilustre Deputado, Presidente do Bloco Municipalista desta Casa, que atendendo a uma solicitação de todos os municípios do Paraná, fez este projeto para que nós possamos reconhecer essa administração pública municipal e para que ela tenha e possa ter o direito de poder participar nos órgãos colegiados estaduais e ainda firmar convênios.

Sabemos, de perto que o município paraanaense e brasileiro passa por dificuldades, porque foi, pelo Governo Federal, dada a si a atribuição do Serviço Unificado da Saúde - SUS, e não houve o repasse de verbas; pelo Governo Estadual também foi dada a municipalização do primeiro grau, pedida pelo Governo Federal, e também não foi verba.

Por isso, ilustre Deputado José Tavares, para que possamos sobreviver com os municípios do Paraná e que Vossa Excelência representa dezenas e dezenas de grandes, pequenos e médios municípios, encare-

ço aos Senhores Deputados para que derrubemos o veto e possamos dar um alívio e, principalmente, um oxigênio à entidade maior que representa todos os municípios do Paraná.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente.

Nestas e em outras horas é que vejo o quanto é difícil ser líder do Governo. E por isso mesmo é que tenho procurado, dentro de um clima de absoluto respeito aos meus colegas, dentro de um clima de companheirismo, dizer que, quando da apresentação de projetos que se afiguram flagrantemente inconstitucionais, injurídicos, evitem tais proposições exatamente para evitar que nos constranjamos no Plenário quando da análise natural e conseqüente de veto.

Este é um caso específico. O mérito não se discute. Não há como se discutir o mérito de uma matéria como esta. É mais do que louvável a iniciativa do Deputado, do ex-Prefeito Toti Colaço, sem dúvida alguma. Sua Excelência que tem sido um dos grandes e valorosos companheiros de Bancada, de bloco, que tem dado sustentação ao Governo nesta Casa, mais uma vez demonstra a sua grandeza de propósito ao dizer a esta Liderança que liberemos a Bancada.

Sua Excelência não fixa, não firma posição, não pede a esta Liderança que feche questão, por se tratar de uma matéria de sua iniciativa; muito pelo contrário, dentro do seu espírito de companheirismo, de compreensão, homem experiente que é, sugere à sua Liderança que libere a Bancada.

Por esta razão, atendendo apelo do nobre Deputado Zuk e tendo em vista as colocações do Deputado Toti Colaço, autor da matéria, evidentemente que esta Liderança não pode encaminhar pela derrubada do veto, porque o meu papel aqui, sempre que possível, é acompanhar a orientação do governo.

Ontem tivemos um posicionamento, mas tive a oportunidade de conversar com o governador, antes disso. Hoje não foi possível.

Por esta razão, Senhor Presidente, tenho duas propostas a fazer: ou nós, de comum acordo retiramos, se possível regimentalmente, a matéria de pauta para ser incluída na sessão de segunda-feira, para que a Liderança tenha tempo de fazer a consulta necessária para poder se posicionar, ou então, eu acato a sugestão do eminente Deputado Toti Colaço e deixo a Bancada liberada, o bloco liberado para se posicionar de acordo com a sua consciência, mas eu tenho que registrar que a minha posição tem que ser pela manutenção do veto, tendo em vista as minhas condições objetivas de momento, como líder do gover-

no.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar, Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, inicialmente quero agradecer o Deputado Luiz Carlos Zuk pelo seu pronunciamento, pelo seu posicionamento, como sempre, muito firme, muito determinado, quando versam assuntos de municípios do Estado e ao mesmo tempo quero agradecer ao Líder, Deputado José Tavares, pela compreensão e pela forma com que colocou o nosso pedido a respeito desse veto. Gostaria imensamente que toda a Bancada nossa, mais companheiros de todas as siglas partidárias, pudessem, evidentemente, com todo respeito, derrubar esse veto, porém, se assim não for o entendimento, ou houver dúvidas com relação a esta matéria, a este veto, à sua constitucionalidade, questiono, contesto o veto do governador, então, se for para correr riscos, gostaria até que fosse atendido o pedido do nosso líder, se possível, a transferência para duas ou três sessões, porque o final do período legislativo se aproxima com muita rapidez.

Era isso, Senhor Presidente. Atendo o pedido dele.

Fica retirado, para segunda-feira, se assim a casa o quiser.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em vista do apelo do Deputado Tavares e o consentimento do Deputado autor do projeto, Toti Colaço, todos nós sabemos que as propostas de veto têm prazo para serem apreciadas na Assembleia, mas esta Presidência e todos aqueles que têm presidido estas sessões, quando há manifestação desse nível, sempre têm acatado o pedido para se adiar a votação. Nesse sentido, "ex-officio" adiamos a votação para segunda-feira, da Proposição nº 56/94.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 468/93, que cria a Lei Florestal do Estado do Paraná concorrente ao Código Florestal Brasileiro e a Legislação Federal. (Publ. no D.A. nº 120, de 01.09.93)

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado José Arthur Riti, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) sessão. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (Fica, portanto, retirado da Ordem do Dia por 01 (uma) sessão, o Projeto de Lei nº 468/93).

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/94, de autoria do Poder Executivo -

Mensagem nº 110/94, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1995. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, APRESENTANDO SUBSTITUTIVO GERAL.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o substitutivo. Lembrando que a aprovação do mesmo prejudicará todas as demais proposições. Está em votação, o Substitutivo Geral da Comissão de Orçamento. APROVADO. O projeto irá à 3.^a votação.

ITEM 04

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/93, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, que institui o Seguro Agrícola no Sistema Financeiro Estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.A.I.C. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 88, de 30.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 326/93

P A R E C E R:

O plano de lei em apreciação, de autoria dos nobres Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, possui o cunho de instituir o Seguro Agrícola no Sistema Financeiro Estadual, na forma em que especifica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da Proposição, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a matéria em perfeitas condições de merecer a douda análise do Plenário desta Casa.

Nestas condições esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu Parecer FAVORÁVEL opinando pela apreciação da Proposição pelo Plenário.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 10.08.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator.

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 326/93

P A R E C E R:

De autoria dos Deputados Doutor Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, chega a esta Comissão o projeto de lei supra marginado, que visa instituir o Seguro Agrícola no Sistema Financeiro Estadual.

Esse projeto tem por escopo buscar medidas que viabilizem a estabilidade do homem na terra, gerando uma crescente regularidade e eficiência na sua atividade produtiva.

Tendo sido submetido à análise da douda Comissão de Constituição e Justiça, o

mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, o presente projeto de lei não apresenta qualquer óbice, visto estarem sendo cumpridos todos os dispositivos legais.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.94

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 326/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, tem por objetivo instituir o Seguro Agrícola no Sistema Financeiro Estadual.

Já tendo recebido pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, chamada a opinar esta Comissão de Finanças, tendo em vista o mérito louvável da proposição dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente e
Relator.

ITEM 05

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 755/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a elaboração das Folhas de Pagamento dos Servidores Aposentados. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 177, de 13.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 755/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Alceu Swarowski, o Projeto de Lei nº 755/93, autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a elaboração das folhas de pagamento dos servidores aposentados.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 29.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 755/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria

do Deputado Alceu Swarowski, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a dispor sobre a elaboração das folhas dos servidores aposentados.

A matéria já foi analisada e aprovada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar esta comissão dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
JOÃO PREIS - Relator.

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 052/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de Plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Encantado do Oeste, a ser desmembrado do município de Assis Chateaubriand. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 14, de 08.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 403/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, tem por finalidade criar o Município de Encantado do Oeste, desmembrado do Município de Assis Chateaubriand.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a proposição em tela, dá o seu parecer favorável na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COSTENARO NETO - Relator.

Esta Presidência informa aos Senhores Deputados que a Sessão Ordinária de amanhã será às 9 horas da manhã, tendo em vista que fomos informados que algumas bancadas têm reunião no período da manhã.

Então para não prejudicar o quórum da Sessão de amanhã, solicitamos aos Senhores Deputados estarem aqui às 9 horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2704 e 2705, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2.700 a 2.703, de autoria do Senhor Deputado Antônio Anibelli, constantes do expediente.

Aprovados.

Esta Presidência determina a publicação na pauta e a inclusão dos mesmos na

Ordem do Dia na próxima Sessão de 4.^a feira.

Requerimento nº 2.706, de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 2.707 a 2.709, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2.699, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2.710, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2.697 e 2.698, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 08, às 9.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 331/94.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 050, 326/94 e 755/93, e do Projeto de Resolução nº 052/94.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 329, 362, 371, 395, 396, 410, 419 e 420/94.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 6.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Sr. Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse na Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 099/94, de autoria dos

Srs. Deputados Renato Adur e Luiz H. Bona Turra. Relator Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinotto, Secretária da Comissão.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
MIRIAN RIBEIRO PERCINOTTO - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA - 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 16.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, presidida pelo Sr. Deputado Namir Piacentini. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 327/94, de autoria do Deputado Severino Félix Pessoa. Relator Deputado Arlindo Troian. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 344/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 118/94. Relator Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais tendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Sandra Zampier, Secretária da Comissão.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
SANDRA ZAMPIER - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 27.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de novem-

bro de mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Garcia, João Iensen, Alceu Swarowski, Toti Colaço, Paulo Maia, Ernani Pudell, Antônio Costenaro e Carlos Simões. Havendo número legal o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, passando-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 338/94 do Deputado Orlando Pessuti. CONCEDIDO VISTAS AO DEPUTADO TOTI COLAÇO; 2) Projeto de Lei n° 394/94 do Deputado Colombino Grassano. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 389/94 do Tribunal de Contas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 4) Projeto de Lei n° 393/94 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 755/93 do Deputado Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 386/94 do Deputado Dirceu Manfrinato. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 7) Projeto de Lei n° 382/94 do Poder Executivo. APROVADO POR UNANIMIDADE O VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO ERNANI PUDELL, CUJO PARECER É CONTRÁRIO. SERÁ DESIGNADO NOVO RELATOR; 8) Projeto de Lei n° 367/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 9) Projeto de Lei n° 627/93 do Deputado Neivo Beraldin. CONCEDIDO VISTAS AO DEPUTADO TOTI COLAÇO; 10) Projeto de Lei n° 392/94 do Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro - APROVADO; 11) Projeto de Lei n° 403/94 do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antônio Costenaro - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ANA LUCIA ANDRETTA - Secretária